



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

A Autoridade Monetária deslocou-se recentemente à Assembleia Legislativa para uma apresentação sobre a situação da reserva financeira no ano passado. Segundo as informações veiculadas no decurso daquela apresentação, desde a entrada em vigor do regime jurídico da reserva financeira até Abril deste ano, a reserva financeira de Macau rondava os 240 mil milhões de patacas, mas, entretanto, registou-se uma queda temporária da taxa cambial do Renminbi, que resultou em prejuízos que rondaram os 1.64 mil milhões de patacas. Nos anos de 2012 e 2013, a reserva financeira registou retornos positivos que ascenderam a 6,3 mil milhões, no entanto, tal não foi suficiente para vencer o corta-mato da inflação. Efectuando cálculos simples, a reserva financeira registou uma desvalorização da ordem dos 6,9 mil milhões de patacas, uma situação que levantou preocupações junto da população em relação à capacidade de gestão dos investimentos por parte dos serviços competentes.

A baixa taxa de retorno dos investimentos da reserva financeira é um assunto que me tem preocupado desde sempre e em relação ao qual apresentei muitas opiniões concretas, sugeri mesmo aos serviços competentes para tomarem como referência a experiência do “*Temasek*” de Singapura, que retirassem parte do dinheiro da reserva financeira para a criação de sociedades comerciais em forma de Fundo do Povo, para assim se conseguir uma situação win win, ou seja, elevar a taxa de retorno e devolver a riqueza à população. No entanto, lamentavelmente, os serviços competentes nunca deram qualquer resposta a isto. Observando o que se passa no Mundo, verificamos que a criação de fundos soberanos similares ao que sugeri é uma tendência internacional, e que muitos desses fundos criados registaram bons resultados. No orçamento para o ano financeiro de 2014/2015, divulgado pelo governo de Singapura em 21 de Fevereiro deste ano, refere-se que o Ministério das Finanças desta Cidade-Estado obteve em 2013/2014, através de investimentos em dinheiro da reserva, retornos que rondaram os 8,1 mil milhões de dólares de Singapura (cerca de 51 mil milhões de patacas) e desde o ano financeiro de 2008/2009 até agora, aquele Ministério conseguiu um retorno total de 50,5 mil milhões de dólares de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Singapura (cerca de 318,2 mil milhões de patacas). E foi com este retorno ideal que Singapura conseguiu capacidade para pagar os custos sociais que estão a aumentar à medida do envelhecimento da população, sem ter de recorrer ao aumento em grande escala dos impostos.

A economia de Macau está a caminhar bem, no entanto, têm aumentado os riscos da falta de diversificação da economia e da sua concentração no sector do jogo. Assim sendo, como aproveitar melhor os recursos públicos para elevar a rendibilidade através de diferentes meios para, com base nisso, salvaguardar o desenvolvimento sustentável de Macau, transformou-se numa temática da maior importância. O regime jurídico da reserva financeira foi criado há pouco tempo, e na minha opinião, é necessário despender algum tempo até se conseguir alcançar uma situação financeira estável ou até se conseguir elevar a taxa de retorno, mas mesmo assim, os serviços competentes devem assumir uma posição de abertura, devem avançar com estudos sérios sobre possíveis planos e sugestões que tenham por objectivo elevar a referida taxa de retorno. E só assim é que será possível aperfeiçoar, através de diversos meios, o regime da reserva financeira.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo tem sempre respondido às dúvidas da sociedade alegando a necessidade de assegurar a estabilidade da gestão da reserva financeira e dos investimentos e ainda a mobilidade das respectivas verbas. Os factos provam que, num ambiente em que a inflação se mantém constantemente elevada, é também constante a desvalorização do retorno dos investimentos. Perante isto, o Governo deve proceder à revisão, a médio prazo, dos mecanismos e respectivas medidas de acompanhamento, e ajustar, em tempo oportuno, os investimentos e a respectiva carteira, com vista a evitar o agravamento constante dos prejuízos. Vai fazê-lo?
2. Na opinião de alguns, os serviços competentes devem definir objectivos concretos e métodos de investimento eficazes. E no pressuposto de aumentar a flexibilidade dos investimentos relacionados com a reserva financeira, devem ser adoptadas estratégias de investimento menos conservadoras. Mais ainda, sugerem que o Governo da RAEM deve definir, nas Linhas de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Acção Governativa, uma determinada taxa de retorno para a Autoridade Monetária, taxa anual essa que deve ser definida numa percentagem mais elevada do que a da inflação. O que é que têm a dizer sobre isto?

3. Quanto à criação de sociedades comerciais em forma de Fundo do Povo, semelhante aos fundos soberanos, os serviços competentes responderam que, atendendo ao balanço das experiências e práticas de investimento relacionadas com a reserva financeira noutras economias, a criação de fundos soberanos não é o único meio para elevar a taxa de retorno de activos. Se a pretensão é lutar por elevar o retorno a longo prazo, então, há que assumir, no curto prazo, eventuais turbulências ao nível da capacidade financeira, e ainda que obter consenso social em relação a isto. Concordo que a criação de fundos soberanos não é o único meio para elevar a taxa de retorno, no entanto, atendendo à experiência das regiões mais avançadas e à tendência verificada internacionalmente, não podemos afirmar que os métodos conservadores é que são a opção. E a taxa de retorno já perdeu a corrida com a inflação há muito tempo. Os serviços competentes devem proceder a estudos sérios sobre a viabilidade da referida sugestão. Vão fazê-lo? O Secretário para a Economia e Finanças afirmou, recentemente, que quando chegar o momento oportuno, o assunto pode ser discutido na sociedade, mas, sinceramente, o que se entende por momento oportuno? O que é que vai ser feito, em concreto, para promover a ampla discussão desta temática, com vista a ser possível chegar a um consenso social?

30 de Junho de 2014

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Chan Meng Kam**